



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

ATA N.º 14

-----Aos dezassete dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Moura, tendo estado presentes: -----

----- **Presidente:**----- **Santiago Augusto Ferreira Macias**-----

-----**Vereadores:** ----- **Francisco Manuel Canudo Sena**-----

----- **António José dos Santos Gomes**-----

----- **Maria do Céu Rato Santa Maria Gonçalves**-----

----- **Maria de Fátima Branco Roberto Ourives**-----

----- **Joaquim António Senrada Simões**-----

-----Esteve ausente o vereador José Gonçalo Garradas Valente-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 39º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, foi justificada a falta do vereador José Gonçalo Garradas Valente à presente reunião. **(doc.01/14)**-----

-----A reunião foi secretariada pela Dr.ª Maria de Lurdes Soares, coadjuvada pela funcionária Teresa Dulce Mendes Batista Caçador.-----

-----**ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO**-----

-----Após verificação da existência de quórum foi pelo Presidente declarada aberta a reunião, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----Aprovação da Ata da reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Moura realizada no dia três de junho de dois mil e quinze-----

-----**CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA**-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal (FAM) -----

-----Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Moura a realizar no dia 26 de junho de 2015-----

-----Agradecimento da Associação de Futebol de Beja pela disponibilidade e colaboração prestada no decorrer da época 2014-2015-----

-----Infraestruturas de Portugal - Criação de Infraestruturas de Portugal, SA-----

-----Estelas Medievais do Distrito de Beja - Dissertação do arqueólogo José Malveiro-----

-----STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins - Manifesto "Em Frente, em Comum, em Defesa das Funções Sociais do Estado"-----

-----STAL - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins - ACEP - Situação actual-----

-----Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português - Projeto de Resolução do PCP sobre a regulação de horários de funcionamento das unidades de comércio e distribuição -----

-----AMGAP - Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo - Comissão da Parceria entre o Estado e os Municípios que integram o Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA)-----

-----Agradecimento do Conselho Diretivo Nacional da Ordem dos Engenheiros Técnicos pela colaboração prestada na realização de estágio profissional-----

-----PRESIDÊNCIA-----

-----Informação: Proposta de aprovação e posterior envio para a Assembleia Municipal do Regulamento Municipal de Licenciamento das Atividades Diversas-----

-----Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública (2014) - SIADAP 1 (Avaliação do desempenho das unidades orgânicas dos municípios)-----

-----Proposta de Consolidação de Contas e posterior apreciação da Assembleia Municipal de Moura-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Proposta de Atribuição de Medalha dos Bons Serviços do Município de Moura - -----

-----Proposta de emissão de parecer favorável à criação da freguesia de Santo Agostinho-----

-----Proposta de emissão de parecer favorável à criação da freguesia de Safara--

-----Proposta de emissão de parecer favorável à criação da freguesia de Santo Aleixo da Restauração-----

-----Proposta de emissão de parecer favorável à criação da freguesia de Santo Amador -----

-----Proposta de emissão favorável à criação da freguesia de São João Baptista -

-----**DIVISÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO, GESTÃO FINANCEIRA E RECURSOS HUMANOS** -----

-----Proposta de "Aprovação dos preços da prestação de serviços ao público relativo ao fornecimento de água, saneamento de águas residuais urbanas e recolha de resíduos sólidos"-----

-----Proposta "Contrato tipo relativo ao fornecimento de água, saneamento de águas residuais urbanas e recolha de resíduos sólidos"-----

-----**GABINETE JURÍDICO** -----

-----Renúncia do Lote 3 atribuído na UP 11 - Plano B - Energias Renováveis - Para conhecimento-----

-----Proposta de abertura de procedimento para a atribuição do Lote 3 da UP 11 e Despacho para designação da Comissão de Seleção e Hierarquização de Candidaturas-----

-----**DIVISÃO DE CULTURA PATRIMÓNIO E DESPORTO** -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Proposta de aprovação de Programa do ERVANÇUM - Festival Cultural de Santo Amador e atribuição de um apoio financeiro à ADASA-----

-----Proposta de aprovação do Programa da Semana Cultural de Safara e atribuição de comparticipação financeira à União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração-----

-----DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E CONSERVAÇÃO-----

-----Empreitada de construção do Edifício do Leilão de Gado em Moura - Pedido de prorrogação graciosa do prazo da empreitada -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----O Presidente da Câmara deu início a este período começando por fazer referência à resolução do ponto de vista prático de uma série de instrumentos de planeamento que teriam sido votados nesta Câmara Municipal e posteriormente submetidos à Assembleia Municipal, sendo estes o Plano de Pormenor da UP4 de Amareleja e o Plano de Urbanização da Póvoa de S. Miguel que se encontravam já aprovados, aguardando apenas a sua publicação em Diário da República. Mais informou da presença da Câmara Municipal de Moura na cerimónia das marchas populares em Lisboa, que ocorreu no passado dia 12 de junho, a convite do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, sendo, do ponto de vista pessoal, um regresso ao passado, bem como o reinício do intercâmbio com a autarquia da capital, com a qual a Câmara Municipal de Moura iria estreitar laços nos próximos tempos. -----

-----Neste período pediu a palavra o vereador Francisco Canudo Sena para colocar uma questão que se prendia com duas tampas, uma de esgoto e outra de águas pluviais que se encontravam localizadas no topo da Rua da Vitória estando levantadas há cerca de duas ou três semanas, estando ambas sinalizadas e resguardadas. Tendo em conta que na zona em causa transitavam diariamente autocarros que se viam obrigados a circular por cima dos passeios de ambas as faixas, questionando se a reposição das tampas se apresentava de alguma forma



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

difícil ou com algum grau de complexidade para que esta situação ainda não estivesse resolvida.-----

-----O vereador António Gomes pediu para intervir e retomar uma questão por si abordada há cerca de duas semanas numa reunião de Câmara referente ao Serviço de Urgência Básico tendo questionado na altura, e também na sequência de anterior intervenção, quais as diligências que teriam sido desenvolvidas pela Câmara junto da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo no sentido de assegurar, em primeiro lugar que aquela unidade fosse efectivamente um Serviço de Urgência Básico o que nominalmente já teria acontecido no passado mês de março, e, por outro lado se a referida unidade teria de facto os recursos previstos na lei para que funcionasse como tal. Referiu que tendo os vereadores do Partido Socialista conhecimento de que o deputado João Ramos já havia colocado a mesma questão ao Ministério da Saúde, na sua opinião faria mais sentido colocar essa directamente junto do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, uma vez que esta teria autonomia plena sobre a gestão dos recursos a afectar ao Serviço de Urgência Básico de Moura. Mais referiu que, do seu ponto de vista, a diligência feita junto do Ministério da Saúde produziria mais sentido caso a Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo não assegurasse àquela unidade os recursos que a lei previa. -----

-----Seguidamente pediu a palavra a vereadora Fátima Ourives que encetou a sua intervenção dando conhecimento da intenção de tornar pública uma carta endereçada a si pelo Presidente da Câmara Municipal, bem a sua resposta à mesma, para que ambas ficassem apenas à ata. Referindo-se aos documentos em causa aludiu pretender tecer alguns considerandos face às mesmas. Principiou por aludir julgar ser uma pessoa de trato fácil, por via da sua profissão contactava diariamente desde há vinte e cinco anos a esta parte com todos os residentes deste e até doutros concelhos, que iam desde pessoas empregadas, desempregadas, às suas famílias, empresários, empresas, instituições entre outras, frisando ser um número que nem durante todo o mandato o Presidente da Câmara viria a atingir. Continuou referindo que escutava os seus anseios e expectativas, os seus percursos, procurando dar-lhes as respostas possíveis sem que nunca ninguém se tivesse queixado de ser intimidado por si, tratando a todos com urbanidade e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

imparcialidade como seria dever da sua profissão, sendo principalmente esta conduta que o seu carácter lhe ditava, acrescentando que o concelho de Moura há muito que a conhecia referindo não aceitar admoestações como a que estaria implícita na carta enviada pelo Presidente da Câmara que passou a ler. (doc.02/14) -

-----No uso da palavra o Presidente da Câmara começou por fazer referência à carta da vereadora Fátima Ourives que segundo ele tornava cada vez mais óbvio e evidente quem teria um carácter intimidatório e quais as reacções desabridas que algumas pessoas teriam, o que não seria manifestamente o seu estilo de atuação. Ainda neste âmbito referiu que quanto ao livre-trânsito nos espaços municipais presumia o Presidente que fosse aos espaços do município em si e não aos espaços da Câmara Municipal, nos quais quem teria livre-trânsito seriam os vereadores com pelouros atribuídos, terminado por referir que este assunto não lhe merecia mais considerandos. Em resposta à questão suscitada pelo vereador Francisco Canudo sobre as tampas localizadas na Rua da Vitória este informou que as mesmas já teriam sido reparadas alertando contudo para que aquele espaço em si, perfeitamente definido do ponto de vista geográfico, não pertencia à Câmara Municipal mas sim ao domínio publico ferroviário informando que, naturalmente a Câmara não se eximia de reparações como esta, que colocaria em risco a circulação automóvel, havendo no entanto que clarificar junto da REFER a quem caberia a responsabilidade destas reparações uma vez que, em rigor, para que se circule naquele espaço teria de existir autorização desta última para o fazer. Quanto à pergunta feita pelo vereador António Gomes o Presidente referiu respeitar a opinião do vereador a qual não partilhava dado que sempre que surgisse alguma matéria a tratar o faria directamente com a tutela. -----

-----A vereadora Fátima Ourives no uso da palavra referiu que continuaria a circular nos espaços da Câmara Municipal, à excepção do Gabinete da Presidência, desde que não perturbasse o bom funcionamento da mesma, logo, acerca da interdição questionava o que faria o Presidente face à sua presença na Câmara, interrogando ainda onde se encontraria tal disposição escrita. -----

6



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Face à questão levantada pela vereadora, o Presidente referiu que esta se identificava no seu estilo, na sua forma de atuação e cordialidade com estas intervenções às quais não responderia. -----

-----Não havendo mais intervenções o Presidente deu como encerrado este período. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

RESUMO DIÁRIO

-----DOC. 03/14 -----

-----Foi presente resumo diário n.º 109, da Tesouraria, referente ao dia 16/06/2015, que regista um saldo de 1.527.168,86€, em Operações Orçamentais. ----

TOMADO CONHECIMENTO

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA REALIZADA NO DIA TRÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E QUINZE

-----Colocada à discussão e análise a ata nº 13 da reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Moura realizada em três de junho de dois mil e quinze foi a mesma colocada à votação e **aprovada por unanimidade**. -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

REALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DO FUNDO DE APOIO MUNICIPAL (FAM) -

-----DOC.04/14

-----No âmbito do disposto no nº4 do artº 17º da Lei nº53/2014 de 25 de agosto foi presente ofício do Fundo de Apoio Municipal a informar que a primeira tranche, das duas prestações anuais a realizar nos meses de junho e dezembro, referente à contribuição para a realização do capital social da mesma referente ao município de Moura será de €53.548-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----TOMADO CONHECIMENTO -----

-----SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA A
REALIZAR NO DIA 26 DE JUNHO DE 2015-----

----- DOC.05/14

-----Foi presente ofício do Presidente da Assembleia Municipal a dar
conhecimento da realização da sessão ordinária desse órgão a realizar no dia
26/06/2015, pelas 21 horas no Salão Nobre da Casa do Povo de Sobral da Adiça. ----

-----TOMADO CONHECIMENTO -----

-----AGRADECIMENTO DA ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE BEJA PELA
DISPONIBILIDADE E COLABORAÇÃO PRESTADA NO DECORRER DA ÉPOCA
2014-2015-----

----- DOC.06/14

-----Foi presente ofício da Associação de Futebol de Beja a expressar
agradecimento pela disponibilidade e colaboração que a autarquia de Moura
disponibilizou para que fosse possível levar a efeito vários eventos desportivos no
decorso da época 2014/2015. -----

-----TOMADO CONHECIMENTO. -----

-----INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL - CRIAÇÃO DE
INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, SA -----

----- DOC.07/14

-----Na sequência da publicação em Diário da República de 29 de maio de 2015,
foi presente para conhecimento a criação da Infraestruturas de Portugal, S.A., por
fusão jurídica da Estradas de Portugal com a REFER, com efeitos a partir de 1 de
junho. -- -----

-----TOMADO CONHECIMENTO. -----

-----ESTELAS MEDIEVAIS DO DISTRITO DE BEJA - DISSERTAÇÃO DO
ARQUEÓLOGO JOSÉ MALVEIRO -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

----- DOC.08/14

-----Foi presente email do arqueólogo José Malveiro a fornecer link para consulta da sua dissertação arqueológica sobre as Estelas Medievais do Distrito de Beja. -----

-----TOMADO CONHECIMENTO. -----

-----STAL - SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REGIONAL, EMPRESAS PÚBLICAS, CONCESSIONÁRIAS E AFINS - MANIFESTO "EM FRENTE, EM COMUM, EM DEFESA DAS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO" -----

----- DOC.09/14

-----Foi presente para conhecimento, email enviado pelo STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins, a dar conhecimento do Manifesto aprovado no passado dia 22 de maio no Encontro/Debate promovido pela Frente Comum sob o lema "Em frente, em comum, em defesa das funções sociais do estado".-----

-----TOMADO CONHECIMENTO. -----

-----STAL - SINDICATO DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REGIONAL, EMPRESAS PÚBLICAS, CONCESSIONÁRIAS E AFINS - ACEP - SITUAÇÃO ATUAL -----

----- DOC.10/14

-----Foi presente para conhecimento email enviado pelo STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins, em que anexa ofício sobre a actual situação da ACEP. -----

-----TOMADO CONHECIMENTO. -----

-----GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO PCP SOBRE A REGULAÇÃO DE HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO -----

----- DOC.11/14



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Foi presente email remetido pelo Chefe do Grupo Parlamentar do PCP, Pedro Ramos para conhecimento e divulgação o Projeto de Resolução do PCP sobre a regulação de horários de funcionamento das unidades de comércio e distribuição.-----

-----TOMADO CONHECIMENTO.-----

-----AMGAP - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DA ÁGUA PÚBLICA NO ALENTEJO - COMISSÃO DA PARCERIA ENTRE O ESTADO E OS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM O SISTEMA PÚBLICO DE PARCERIA INTEGRADO DE ÁGUAS DO ALENTEJO (SPPIAA)-----

----- DOC.12/14

-----Foi presente email remetido pela AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo, a remeter aos municípios associados cópia da carta dirigida ao Presidente da Comissão de Parceria do SPPIAA - Sr. Prof. Rui Ferreira Santos.-----

-----TOMADO CONHECIMENTO.-----

-----AGRADECIMENTO DO CONSELHO DIRETIVO NACIONAL DA ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS PELA COLABORAÇÃO PRESTADA NA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO PROFISSIONAL-----

----- DOC.13/14

-----Foi presente ofício da Ordem dos Engenheiros Técnicos a agradecer a colaboração prestada na realização do estágio profissional a Marta Isabel Guerreiro Vilhena Capeta.-----

-----TOMADO CONHECIMENTO.-----

-----PRESIDÊNCIA-----

-----INFORMAÇÃO: PROPOSTA DE APROVAÇÃO E POSTERIOR ENVIO PARA A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

----- DOC.14/14

-----Nos termos conjugados do artigo 33º/1 k) com o artigo 25º/1 g) da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, após ter sido dado cumprimento à auscultação das entidades representativas do sector, para recolha de sugestões, conforme previsto no Código de Procedimento Administrativo, foi presente proposta a aprovação o Regulamento Municipal de Licenciamento das Atividades Diversas.-----

-----No âmbito do assunto em discussão pediu a palavra o vereador Francisco Canudo Sena para colocar algumas questões, uma delas referiu teria a ver com o licenciamento dos acampamentos ocasionais nomeadamente no respeitante à página dezoito do documento, artigo 31º alínea c) nº1 no respeitante ao pedido de parecer às diversas entidades, sendo mencionado nesta alínea o serviço de protecção civil e bombeiros, o qual informou que este serviço foi extinto há cerca de nove ou dez anos, substituído pela Autoridade de Protecção Civil; quanto ao ponto três, encontrava-se neste referido que as entidades consultadas deveriam pronunciar-se no prazo de três dias após o recepcionamento do pedido, pelo que a dúvida suscitada seria que, tendo em atenção aquilo que o Código de Procedimento Administrativo estipulava cerca de trinta dias, questionava se o prazo dos três dias apresentava alguma força normativa face àquilo que seria o conceito geral que se encontrava previsto na norma do CPA; ainda no âmbito desta matéria o vereador Francisco Canudo Sena no respeitante ao licenciamento do exercício de actividade de queimadas reconheceu que o regulamento em causa assentava essencialmente na legislação que regulava a matéria em causa, contudo, aludiu pela experiência de muitos anos de actividade que, na prática, tornar-se-ia muito difícil a execução de alguns preceitos ou obrigações, nomeadamente a delegação destes procedimentos nas juntas de freguesia o poder fazer *à posteriori*, referindo ser importante que o próprio regulamento previsse, logo à partida essa possibilidade, frisando que não existindo cuidado com esta matéria, continuar-se-ia a assistir ao queimar abusivo sem a efectivação dos licenciamentos, uma vez que, em regra quem pretende queimar fá-lo-ia no imediato. Mais referiu que as autoridades a quem compete a fiscalização das



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

mesmas teriam uma certa relutância em proceder à elaboração dos respectivos autos, alertando do facto da competência contra-ordenacional ser da Câmara Municipal, sabendo ainda que nesta matéria não haveria particular interesse em instruir processos de contra ordenação por pressupor a aplicação de coimas aos munícipes, atitude que, segundo a sua opinião, nenhum Presidente teria particular interesse em exercer. Mais aludiu que os regulamentos, embora necessários e sujeitos àquilo que seriam os princípios previstos na legislação que os enquadravam, na prática, se não fossem razão de alguma simplicidade ao nível de quem tem de licenciar, acabariam por se tornar inócuos. Tendo em atenção todos os aspectos por si referidos e considerando que o Presidente da Câmara poderia vir a fazê-lo posteriormente através da delegação de competências nas juntas de freguesia para agilização destes processos, não lhe parecia que estes regulamentos, nomeadamente este, no que se refere às queimadas viesse a ter uma praticabilidade adequada à função do regulamento. Face ao aludido acrescentou por fim, que a intenção de voto do Partido Socialista iria no sentido da abstenção. -----

-----**DELIBERADO, COM TRÊS VOTOS A FAVOR E TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA, APROVAR A PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS E POSTERIOR ENVIO PARA A ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

-----**SISTEMA INTEGRADO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (2014) - SIADAP 1 (AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DAS UNIDADES ORGÂNICAS DOS MUNICÍPIOS)** -----

----- **DOC.15/14** -----

-----Foi presente para ratificação despacho do Presidente datado de 11 de junho, cumpridos que foram os formalismos e de acordo com o disposto no nº3 do artigo 12º do Decreto-Regulamentar nº18/2009 de 4/9, relativo ao quadro de avaliação das unidades orgânicas dos serviços – SIADAP 1. -----

-----Pedi a palavra o vereador António Gomes para, face ao documento em apreciação, manifestar que relativamente ao SIADAP1, mais concretamente à



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

avaliação de desempenho das Unidades Orgânicas, seria sabido que esta apreciação, de acordo com a legislação em vigor que regulamentava o sistema deveria assentar num quadro de avaliação e responsabilização, o qual contemplaria objectivos, indicadores e metas tendo esta que resultar de critérios e objectivos previamente fixados, questionando os motivos pelos quais no documento distribuído não existir qualquer referência ao QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização, aludindo entender, por uma questão de transparência, que o documento referido também deveria ser facultado à vereação, pelo que solicitou que este lhes fosse remetido. -----

-----O Presidente da Câmara pediu ao Dr. Joaquim Cadeirinhas que se encarregasse de fazer chegar cópia dos quadros requeridos aos vereadores. ---

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR O DESPACHO DO PRESIDENTE, DATADO DE 11 DE JUNHO, CUMPRIDOS QUE FORAM OS FORMALISMOS E DE ACORDO COM O DISPOSTO NO Nº3 DO ARTº 12º DO DECRETO-REGULAMENTAR Nº18/2009 DE 4/9, RELATIVO AO QUADRO DE AVALIAÇÃO DAS UNIDADES ORGÂNICAS DOS SERVIÇOS – SIADAP 1.-----

-----PROPOSTA DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS E POSTERIOR APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA-----

----- DOC.16/14

-----Nos termos do nº2 do artigo 76º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro, a qual estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, foi presente proposta de consolidação de contas a posterior apreciação da Assembleia Municipal. -----

-----No âmbito da proposta apresentada pediu para intervir o vereador António Gomes que referiu ter algumas considerações a fazer face ao passivo total do grupo – Câmara Municipal, Comoiprel e Empresas Municipais, o qual ascendia a onze milhões e seiscentos e quarenta e um mil euros, o que considerava ser um valor em si que mereceria alguma atenção, justificando sobretudo uma gestão dos recursos de forma a que este passivo não crescesse mais a fim de que não atingisse valores incontroláveis. Mais aludiu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

convir salientar que face à análise dos documentos, o valor de um milhão e duzentos mil euros corresponderia ao passivo das Empresas Municipais e da Comoiprel, salientando ainda o total das dívidas de curto prazo que ultrapassavam os quatro milhões de euros, o que dificultaria a gestão de tesouraria da autarquia. Continuou, fazendo uma chamada de atenção para a questão de resultados operacionais, facto mencionado por si diversas vezes noutras reuniões de Câmara, que segundo a sua opinião numa entidade como esta seria necessário que não tivesse resultados operacionais altamente negativos uma vez que, a registá-los, estes viriam a causar dificuldades na renovação daquilo que seria material de transporte, equipamento e todo o imobilizado, pelo que, no caso concreto em apreço os vereadores do Partido Socialista verificavam que as amortizações andariam à volta dos oito milhões de euros, quase todas consumidas pelos resultados operacionais, daí a Câmara ter muita dificuldade em renovar o parque de máquinas, bem como todos os outros equipamentos, tendo insistentemente, para o fazer, que recorrer ao endividamento ou a um aumento das dívidas de curto prazo como se verificava actualmente, dado que as dívidas a fornecedores de imobilizado seriam de quase dois milhões de euros. Mais aludiu causar-lhe estranheza, nas contas da Comoiprel estar registado um valor de duzentos e dezasseis mil euros referentes ao contrato programa e essa verba não aparecer inscrita nas contas da autarquia, sucedendo o mesmo com um valor de noventa e seis mil euros que apareceriam nas contas da Comoiprel como serviços prestados a esta autarquia que não se verificam contabilizados nas contas da Câmara. Relativamente à Empresa Municipal Lógica, o vereador António Gomes mostrou preocupação face à duplicação do passivo que no ano de 2013 apresentava um valor de duzentos e vinte e três mil euros tendo passado para quatrocentos e quarenta e oito mil euros, referindo posteriormente um aspeto que seria de regozijo pelo excelente resultado, apesar do Partido Socialista não ter compreendido a sua origem, referente ao volume de vendas e prestação de serviços da empresa em apreciação, que no ano 2013 andava pelos dezassete mil euros, em 2014 ascenderia a quatrocentos e dezanove mil



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

euros apesar de voltar a referir, não conseguir saber a razão concreta deste “sucesso”, informando ainda que depois de percorrer os balancetes não teria conseguido tirar qualquer ilação no respeitante a este volume de vendas e prestação de serviços. Pelas razões aduzidas, o vereador António Gomes terminou afirmando que não poderiam os vereadores do Partido Socialista votar favoravelmente as contas apresentadas.-----

-----Ainda dentro deste período pediu a palavra a vereadora Fátima Ourives para colocar uma questão referente ao Plano de Atividades e objectivos da qualidade, questionando se este objectivo seria para assegurar a formação profissional dos trabalhadores da empresa, tendo esta programado oitenta por cento das acções, no final do ponto referia que teriam sido atingidos setenta e seis por cento de execução física aludindo não entender a justificação de contarem vinte acções programadas para a segunda edição de formação do plano 2014, e questionando se teria existido uma primeira edição, uma vez que da leitura feita constatava que do total das vinte, oito não se realizariam restando por essa razão apenas doze, destas doze duas seriam internas e não se concretizariam, outras duas seriam externas e não haviam sido frequentadas, sobejando quatro que se remeteriam para três *workshops*, uma acção de formação e um seminário, sendo tudo completado com: ...”foram concretizadas treze de um total de dezassete acções”..., que, não duvidando do que estaria escrito, não tinha entendido, pelo que solicitava esclarecimentos. -----

-----O Presidente pediu aos vereadores para que estes colocassem todas as questões por escrito para que fossem remetidas às entidades municipais que superintenderiam do ponto de vista técnico as matérias em causa, a fim de obter resposta face às dúvidas suscitadas. -----

-----DELIBERADO, COM TRÊS VOTOS A FAVOR E TRÊS VOTOS CONTRA DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA E COM O VOTO DE QUALIDADE DO PRESIDENTE DA CÂMARA, APROVAR A PROPOSTA DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS E POSTERIOR ENVIO PARA APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DOS BONS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE MOURA-----

----- DOC.17/14

-----Foi presente proposta subscrita pelo Presidente, a submeter à apreciação do Órgão Executivo, a atribuição de Medalhas de Bons Serviços do Município de Moura aos funcionários e agentes municipais.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DO PRESIDENTE DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS DE BONS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE MOURA AOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES MUNICIPAIS, REFERIDOS NA PROPOSTA. -----

-----PROPOSTA DE EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL À CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE SANTO AGOSTINHO-----

----- DOC.18/14

-----Na sequência da iniciativa do Partido Comunista Português de apresentação na Mesa da Assembleia da República de criação da freguesia de Santo Agostinho em Moura, foi presente pedido de parecer da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local sobre o assunto. Neste contexto foi presente proposta de emissão de parecer favorável à criação da freguesia de Santo Agostinho.-----

-----Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos pediu a palavra o vereador Francisco Canudo Sena para se pronunciar quer relativamente ao presente ponto quer aos seguintes manifestando que sobre esta matéria o Partido Socialista acharia que este era um processo complexo que teria sido tratado “nas costas” dos que viriam *à posteriori* sofrer os resultados da decisão desta reorganização administrativa. Face à proposta do Partido Comunista Português, o vereador referiu que embora ela assentasse no princípio de que a vontade dos fregueses seria a de voltar àquilo que seria a sua normal e tradicional organização, também a presente proposta teria sido feita sem auscultação e sem consulta pública, pelo que, existiria uma repetição daquilo que os vereadores do Partido Socialista consideravam um erro de desconsideração no que respeitava à auscultação dos principais interessados.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Posta esta questão, os mesmos requeriam à Câmara que fosse admitida na discussão da presente reunião, uma proposta que seria ao mesmo tempo uma declaração de voto para que pudesse ser votada e que passou a ler.
(doc.02/14) -----

-----Quanto ao documento apresentado pelos vereadores do Partido Socialista o Presidente informou que o mesmo seria colocado na Ordem de Trabalhos da reunião de Câmara do dia 1 de julho, para que fosse alvo de deliberação. -----

-----DELIBERADO, COM TRÊS VOTOS A FAVOR E TRÊS VOTOS CONTRA DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA E COM O VOTO DE QUALIDADE DO PRESIDENTE DA CÂMARA, APROVAR A EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL NO QUE RESPEITA À CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE SANTO AGOSTINHO. -----

-----PROPOSTA DE EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL À CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE SAFARA -----

----- DOC.19/14

-----Na sequência da iniciativa do Partido Comunista Português de apresentação na Mesa da Assembleia da República de criação da freguesia de Safara, foi presente pedido de parecer da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local sobre o assunto. Neste contexto foi presente proposta de emissão de parecer favorável à criação da freguesia de Safara. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL NO QUE RESPEITA À CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE SAFARA. -----

-----PROPOSTA DE EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL À CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE SANTO ALEIXO DA RESTAURAÇÃO -----

----- DOC.20/14

-----Na sequência da iniciativa do Partido Comunista Português de apresentação na Mesa da Assembleia da República de criação da freguesia de Santo Aleixo da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Restauração, foi presente pedido de parecer da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local sobre o assunto. Neste contexto foi presente proposta de emissão de parecer favorável à criação da freguesia de Santo Aleixo da Restauração.-----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL NO QUE RESPEITA À CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE SANTO ALEIXO DA RESTAURAÇÃO.**-----

-----**PROPOSTA DE EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL À CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE SANTO AMADOR**-----

----- **DOC.21/14**

-----Na sequência da iniciativa do Partido Comunista Português de apresentação na Mesa da Assembleia da República de criação da freguesia de Santo Amador, foi presente pedido de parecer da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local sobre o assunto. Neste contexto foi presente proposta de emissão de parecer favorável à criação da freguesia de Santo Amador.-----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL NO QUE RESPEITA À CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE SANTO AMADOR.**-----

-----**PROPOSTA DE EMISSÃO FAVORÁVEL À CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE SÃO JOÃO BAPTISTA**-----

----- **DOC.22/14**

-----Na sequência da iniciativa do Partido Comunista Português de apresentação na Mesa da Assembleia da República de criação da freguesia de São João Baptista em Moura, foi presente pedido de parecer da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local sobre o assunto. Neste contexto foi presente proposta de emissão de parecer favorável à criação da freguesia de São João Baptista.-----

-----**DELIBERADO, COM TRÊS VOTOS A FAVOR E TRÊS VOTOS CONTRA DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA E COM O VOTO DE QUALIDADE DO PRESIDENTE DA CÂMARA, APROVAR A EMISSÃO DE**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

**PARECER FAVORÁVEL NO QUE RESPEITA À CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE
SÃO JOÃO BAPTISTA.** -----

**-----DIVISÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO, GESTÃO FINANCEIRA E
RECURSOS HUMANOS** -----

**-----PROPOSTA DE "APROVAÇÃO DOS PREÇOS DA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS AO PÚBLICO RELATIVOS AO FORNECIMENTO DE ÁGUA,
SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E RECOLHA DE RESÍDUOS
SÓLIDOS"** -----

----- DOC.23/14

-----Após reunião de Câmara de 20 de maio passado, em que foi aprovada a
fixação de preços relativos ao fornecimento de água, saneamento de águas
residuais urbanas e recolha de resíduos sólidos, constatou-se que o quadro
indicativo dos mesmos enfermava em alguns erros de cálculo, pelo que foi proposta
a rectificação dos preços referentes ao serviço em causa.-----

**-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE
RETIFICAÇÃO DOS PREÇOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO PÚBLICO
RELATIVOS AO FORNECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO DE ÁGUAS
RESIDUAIS URBANAS E RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS.** -----

**-----PROPOSTA "CONTRATO TIPO RELATIVO AO FORNECIMENTO DE
ÁGUA, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E RECOLHA DE
RESÍDUOS SÓLIDOS"** -----

----- DOC.24/14

-----Na sequência da recente entrada em vigor dos novos regulamentos, foi
presente proposta a aprovação do modelo de contrato tipo relativo ao fornecimento
de água, saneamento de águas residuais urbanas e recolha de resíduos sólidos.-----

**-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O MODELO DE
CONTRATO TIPO RELATIVO AO FORNECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO
DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS.** -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

GABINETE JURÍDICO

RENÚNCIA DO LOTE 3 ATRIBUÍDO NA UP 11 - PLANO B - ENERGIAS RENOVÁVEIS - PARA CONHECIMENTO

DOC.25/14

Foi presente, para conhecimento, a renúncia do Lote 3 da UP11 atribuído à Empresa Plano B – Energias Renováveis.

TOMADO CONHECIMENTO.

PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA A ATRIBUIÇÃO DO LOTE 3 DA UP 11 E DESPACHO PARA DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO DE CANDIDATURAS

DOC.26/14

Na sequência da renúncia da atribuição do lote 3 da UP11 por parte da Empresa Plano B – Energias Renováveis, e a manifestação de interesse por outras empresas foi presente despacho do Presidente da Câmara datado de 03/06/2015 a propor a abertura de procedimento para atribuição do mesmo.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA A ATRIBUIÇÃO DO LOTE 3 DA UP 11 BEM COMO A PROPOSTA DE DESPACHO PARA DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO DE CANDIDATURAS.

DIVISÃO DE CULTURA PATRIMÓNIO E DESPORTO

PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE PROGRAMA DO ERVANÇUM - FESTIVAL CULTURAL DE SANTO AMADOR E ATRIBUIÇÃO DE UM APOIO FINANCEIRO À ADASA

DOC.27/14

Considerando que o Festival Ervançum de Santo Amador é uma iniciativa relevante no panorama cultural do concelho, foi presente proposta no sentido da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Câmara Municipal de Moura aprovar o programa do Festival e ainda a atribuição de um apoio financeiro no valor de três mil e quinhentos euros à ADASA. -----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PROGRAMA DO FESTIVAL ERVANÇUM E AINDA A ATRIBUIÇÃO DE UM APOIO FINANCEIRO NO VALOR DE TRÊS MIL E QUINHENTOS EUROS À ADASA.**-----

-----**PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO PROGRAMA DA SEMANA CULTURAL DE SAFARA E ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À UNIÃO DE FREGUESIAS DE SAFARA E SANTO ALEIXO DA RESTAURAÇÃO**-----

----- **DOC.28/14**

-----Considerando que a Semana Cultural de Safara é um incentivo ao desenvolvimento cultural da região, foi presente proposta do programa da semana cultural de Safara e ainda a atribuição de comparticipação financeira no valor de dois mil e quinhentos euros à União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração.-----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DO PROGRAMA DA SEMANA CULTURAL DE SAFARA E AINDA A ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NO VALOR DE DOIS MIL E QUINHENTOS EUROS À UNIÃO DE FREGUESIAS DE SAFARA E SANTO ALEIXO DA RESTAURAÇÃO.**-----

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E CONSERVAÇÃO

-----**EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DO LEILÃO DE GADO EM MOURA - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO GRACIOSA DO PRAZO DA EMPREITADA**-----

----- **DOC.29/14**

-----Foi presente despacho do Presidente exarado na informação nº 111 de 11/06/2015 da DOMC a submeter à apreciação do Órgão Executivo a prorrogação graciosa de prazo da empreitada de Construção do Edifício do Leilão de Gado em Moura.- -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Neste último ponto da ordem de trabalhos o Presidente esclareceu que este pedido de prorrogação de prazo seria o derradeiro, uma vez que a Câmara havia chegado a um ponto a partir do qual a vantagem de conceder mais prorrogações não existia, dada a fase final de execução física do quadro comunitário, pelo que a Câmara iria conceder este tipo de prorrogação até ao limite útil, a partir do qual assumiria outras opções nomeadamente o ajuste direto ou qualquer outra forma que viesse a ser considerada para resolução deste tipo de problema. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O DESPACHO DO PRESIDENTE DE 12/06/2015 A CONCEDER A PRORROGAÇÃO GRACIOSA DO PRAZO REFERENTE À EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DO LEILÃO DE GADO EM MOURA, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO Nº111/2015 DE 11/06 DA DOMC. -----

-----PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO -----

-----Neste período interveio a munícipe Teresa Correia Perfeito que referiu não conseguir obter marcação para falar directamente com o Presidente da Câmara acerca da muito aguardada intervenção nos telhados da sua habitação sita na Rua da Fonte Nova nº33 em Safara. Questionou da justificação pelo facto de se encontrar em 38º lugar na lista de espera para que a Câmara lhe proceda ao referido arranjo. Referiu-se ainda a outro problema que se viria arrastando há uns anos e se prendia com o fornecimento de água à Rua Detrás do Cemitério, alegando precisar do ramal de água para dar de beber aos animais que tem no terreno situado na referida rua. Por fim aludiu ter um filho dependente o qual tirara um curso de carpintaria na Cerci Beja, tendo realizado o estágio profissional de um ano na carpintaria desta Câmara, mas que até ao presente momento não conseguira obter emprego. -----

-----Em resposta às questões colocadas pela munícipe o Presidente começou por esclarecer que só lhe cabia receber os munícipes cujos problemas estivessem relacionados apenas com os pelouros que lhe estavam atribuídos, esclarecendo que as matérias em causa estariam direccionadas para o vereador que detém o pelouro



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

do Urbanismo, garantindo o Presidente que o mesmo estaria no dia seguinte, quinta-feira, na habitação da munícipe em Safara para avaliar a situação. Mais informou o Presidente que em relação à escala utilizada para salvaguarda das prioridades económico-sociais, a munícipe estaria em 25º lugar. Relativamente às questões levantadas pela mesma acerca do emprego e das necessidades existentes, o Presidente aludiu que o concelho de Moura teria muito poucas alternativas para outras tantas necessidades, terminando por referir que a criação de emprego não seria da responsabilidade da autarquia mas sim da Assembleia Municipal que teria impedido, através da votação contra, que a Câmara abrisse concurso para preenchimento de dezanove lugares. -----

-----VOTAÇÃO DA MINUTA DA ATA-----

-----De acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, foi elaborada minuta, com os pontos constantes da Ordem de Trabalhos que, depois de lida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente e Secretário. -----

-----ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram dezassete horas e quarenta minutos. -----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, a qual vai ser presente à reunião seguinte, com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente e pelo Secretário. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, 17 de junho de 2015

PRESIDENTE: _____

SECRETÁRIO: _____